

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.039 - MS (2018/0280622-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE** : OTAVIO AUGUSTO TRAD MARTINS  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ LUIZ BORGES NETTO - MS005788  
LUCAS COSTA DA ROSA - MS014300  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERES.** : JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS  
**INTERES.** : LUIZA RIBEIRO GONCALVES  
**INTERES.** : PAULO FRANCISCO COIMBRA PEDRA  
**INTERES.** : MAURICIO ELIAS AMARILHA  
**INTERES.** : REGINALDO PEREIRA DA SILVA  
**INTERES.** : JULIANA VIEIRA DE CARVALHO  
**INTERES.** : MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO  
**INTERES.** : KAMILA FEITOSA FONTOURA  
**INTERES.** : ALCIDES JESUS PERALTA BERNAL  
**INTERES.** : CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO GRANDE  
**INTERES.** : PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
**INTERES.** : ADEMAR VIEIRA JUNIOR  
**INTERES.** : CARLA CHARBEL STEPHANINI  
**INTERES.** : FRANCISCO ALMEIDA TELLES  
**INTERES.** : GRAZIELLE SALGADO MACHADO  
**INTERES.** : VANDERLEI DA SILVA MATOS  
**INTERES.** : VANDERLEI PINHEIRO DE LIMA

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ARTS. 9º E 11 DA LEI 8.429/92. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INDÍCIOS DA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **IN DUBIO PRO SOCIETATE**. DECISÃO DE 1º GRAU RESTABELECID, PARA DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS INEXISTENTES. INCONFORMISMO. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, TIDOS POR VIOLADOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, NA VIA ESPECIAL, PELO STJ. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

I. Embargos de Declaração opostos a acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 07/10/2019.

II. O voto condutor do acórdão embargado apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, negando provimento ao Agravo interno e mantendo a decisão que dera provimento ao Recurso Especial, em razão do confronto do decidido no acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

III. Inexistindo, no acórdão embargado, omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, não merecem ser acolhidos os Embargos de Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo da parte embargante com as conclusões do **decisum**.

IV. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à impossibilidade de manifestação desta Corte, em sede de Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, a respeito de alegada violação a dispositivos da Constituição Federal. Precedentes.

V. Embargos de Declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora